

Américo Gonçalves (PS):

Leu a moção que a seguir se transcreve:

«A Câmara Municipal de Peniche celebrou em 12 de julho de 2002 com a Direção Geral do Património e a Enatur um protocolo cujo objetivo era a construção por parte da Enatur de uma Pousada na Fortaleza de Peniche.

A aprovação e assinatura deste Protocolo teve o apoio unânime das forças políticas que constituíam o executivo da Câmara Municipal, tendo em conta a salvaguarda da história da Fortaleza de Peniche e mais especificamente do período em que funcionou como prisão política do Estado Novo.

Os órgãos representativos da população do Concelho de Peniche, ao longo do tempo, sempre reafirmaram a sua vontade na preservação da memória da luta antifascista e o respeito pelos que se viram privados da sua liberdade para que o regime ditatorial do Estado Novo fosse derrubado, dando lugar a um Estado de Direito na defesa do primado das liberdades individuais e coletivas. A população de Peniche não esqueceu nem esquecerá essa luta e a homenagem que é devida a todos aqueles que nela participaram.

O Partido Socialista sempre entendeu que é possível a defesa dessa memória e a utilização de parte do espaço da Fortaleza de Peniche para fins turísticos com a construção de uma Pousada como está previsto no Protocolo de 2002.

É importante para a população de Peniche que assim seja. Porque é necessário que qualquer utilização do espaço da Fortaleza constitua uma garantia futura da manutenção e conservação deste monumento classificado, situação que o Estado tem demonstrado não ser capaz de fazer e muito menos a Câmara Municipal que não dispõe de meios financeiros para o efeito.

Por outro lado, a Fortaleza de Peniche pode e deve alavancar um projeto económico que contribua para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população do concelho de Peniche, promovendo o emprego e qualificando Peniche como destino turístico.

Ao longo de catorze anos de vida do referido protocolo, assinado em 2002, não foi possível por razões várias a sua concretização.

O atual Governo numa iniciativa que é já publicamente conhecida, pretende disponibilizar em regime de concessão diversos edifícios e monumentos públicos a privados para a sua exploração onde se inclui a Fortaleza de Peniche.

O Governo previamente a tal decisão e anúncio pretendeu que a posição da Câmara Municipal de Peniche fosse determinante para essa decisão. Assim, em reunião efetuada no passado mês de agosto com a Senhora Secretária de Estado do Turismo realizada em Lisboa, a Câmara Municipal representada pelo Sr. Presidente da Câmara António José Correia (CDU), vice-presidente Jorge Amador (CDU), Vereador Jorge Gonçalves (PS) e Vereador Filipe Sales (PSD), manifestou o desejo e deu o seu acordo por unanimidade à integração da Fortaleza de Peniche no programa que o Governo agora anunciou.

Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Peniche, propõe:

Que a Assembleia Municipal de Peniche delibere manifestar à Câmara Municipal todo o seu apoio à decisão por ela tomada, de concordância com a integração da Fortaleza de Peniche na lista de imóveis a concessionar a investidores privados para fins turísticos.

Peniche, 30 de setembro de 2016.

Os deputados municipais do Partido Socialista»